

Pacto sinistro

Uma visita de Jarbas Passarinho e Orestes Quêrcia ao gabinete do líder do PMDB no Senado Federal resolveu: os impostos sobem, os governadores têm suas dívidas roladas e, mais uma vez, trabalhadores e empresários pagam a conta. O primeiro fruto do entendimento entre governo e oposição é mais uma evidência de que o Brasil Novo não passa do velho País de sempre, no qual os políticos resolvem as questões fundamentais em conchavos, ao arrepio da ética e na defesa de seus próprios interesses. Enquanto isso, afastado do núcleo de decisões, o povo chora, sangra e sua para pagar o prejuízo, que lhe cabe.

Na barganha entre Quêrcia e Passarinho, sacramentada pelos líderes de bancadas dos partidos no Congresso Nacional, sem discussão com os outros deputados federais e senadores, usados como mera massa de manobra, para iludir a opinião pública, todos os protagonistas do acordo saem ganhando. O contribuinte e eleitor não foi consultado em momento algum e terminou sendo o grande prejudicado. O Poder Legislativo sai, novamente, chamuscado do episódio, pois um Parlamento com brios, legítimo e representativo da vontade nacional, jamais poderia aceitar o papel de avalista de um negócio tão triste. Afinal, nessa missa negra, uma vez mais, a grande massa da população brasileira será sacrificada no altar dos privilégios dos políticos.

A rolagem das dívidas dos governadores é

um vergonhoso precedente. Durante quatro anos, o então governador do Ceará Tasso Jereissati contou os centavos, fez economias, dispensou funcionários e, mercê de uma administração competente e austera, conquistou corações e mentes de seus conterrâneos. Seu colega de São Paulo, Orestes Quêrcia, fez exatamente o contrário: desperdiçou os recursos do Estado numa politicagem desenfreada, despejou recursos em obras não prioritárias e produziu um monumental rombo no Erário do Estado mais rico da Federação. A rolagem das dívidas dos Estados pune o governador sério e premia o sucessor do estróina. Não é, certamente, uma providência sensata, do ponto de vista do exemplo para a administração correta: governadores gastadores são estimulados a desperdiçar como Quêrcia e os responsáveis, como Tasso, ficam desmotivados.

Tal rolagem funciona, assim, como uma autorização das autoridades financeiras federais à utilização dos bancos estaduais como se fossem casas de moeda paralelas. De pouco adianta o esforço da União ao submeter os gastos de sua máquina burocrática a algum controle, se é autorizada a emissão desenfreada de títulos pelos governadores, perdendo, depois, suas dívidas.

Assim aconteceu com os grandes Estados — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio



Grande do Sul — que representam, praticamente, 80% do total dos US\$ 56 bilhões devidos pelos governos. Mas o mau exemplo também se dissemina entre os Estados menores. No acordo, além do pacote da rolagem da dívida estadual, serão reabertos bancos do Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Goiás, fechados pelo Banco Central, na administração de Ibrahim Êris, por não apresentar saúde financeira compatível com o funcionamento adequado. A reabertura do banco paraibano, por exemplo, atende a uma reivindicação do líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, conhecido, nacionalmente, pelo exercício do nepotismo.

Como parte considerável da dívida dos Estados foi contraída por governadores do PMDB, até mesmo pelo próprio presidente nacional do partido, Orestes Quêrcia, fica claro que o maior partido do País, na oposição, não pensou um minuto sequer no interesse do eleitor. Tanto isso é verdade que deverão ser usados recursos do orçamento da União, ou seja, retirados diretamente do bolso de todos os cidadãos brasileiros, para cobrir o rombo dos bancos estaduais que serão reabertos. No fundo, trata-se da reinauguração do velho pronto-socorro estatal de bancos falidos, que funcionou no regime autoritário e na Nova República, em episódios como o do Banco Meridional.

Pode-se argumentar que o pacto sinistro

desta semana era um mal necessário, pois, sem ele, não passaria o reajuste fiscal pretendido pelo governo e, sem tal reajuste, o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), fundamental para o acerto da economia brasileira, se tornaria quase impossível. Isso é verdade. Mas também é preciso considerar que o simples aumento de impostos não resolve a crise do Estado brasileiro.

Ao contrário. O aumento de alíquotas, sem a ampliação da base de arrecadação, poderá ter efeitos perversos sobre o sistema produtivo nacional. Mais uma vez, o governo tenta repassar as contas de seu desperdício para empresários e trabalhadores. A nova derrama, dificilmente, deixará de produzir efeitos nocivos. A empresa que puder repassará o custo dos impostos para os preços de seus produtos, aumentando a inflação. Outros empresários não pagarão os impostos devidos, o que amplia ainda mais o índice de sonegação. Aqueles que não conseguirem tomar essas providências reduzirão sua folha de pessoal, demitindo empregados.

Por tudo isso, a recessão será agravada, sem que a queda da inflação ocorra no mesmo nível. Com a redução da atividade econômica, a arrecadação fiscal também tenderá a cair. Mais uma vez, o Brasil que produz será obrigado a arcar com os desperdícios produzidos pelo Brasil que só consome e este está ficando pesado demais para ser carregado nas costas.